

A CONSTRUÇÃO IMPLÍCITA DE OBJETOS COGNITIVOS E DISCURSIVOS EM ATIVIDADES INTERATIVAS ENTRE SUJEITOS

Hélio Rodrigues Júnior (PUC/SP)
h-rodriques-junior@uol.com.br

1. Introdução

A maneira como dizemos aos outros as coisas é muito mais uma decorrência de nossa atuação discursiva sobre o mundo e de nossa inserção sociocognitiva nele, pelo uso de nossa imaginação em atividades de ‘integração conceitual’, do que simples fruto de procedimentos formais de categorização linguística. O mundo comunicado é sempre fruto de um agir comunicativo, construtivo e imaginativo e não de uma identificação de realidade discretas e formalmente determinadas (MARCUSCHI, 2003).

Vemos, assim, na atividade de produção do texto, que os referentes são estabelecidos entre os interlocutores, numa perspectiva compartilhada, pois é na interação que os sentidos do texto são construídos de acordo com os conhecimentos prévios dos participantes.

Parece-nos correto e necessário postular que, se por um lado, o mundo físico externo existe, por outro, ele não existe naturalmente assim, na forma como nós o identificamos como sendo isto ou aquilo, pois a identificação dos fenômenos passa pelo filtro de nossas elaborações e, basicamente, de nossa linguagem. Se observarmos um pouco mais atentamente o que ocorre com o comum das pessoas, veremos que sempre designamos os eventos, os fatos, os indivíduos, os objetos físicos, os estados de espírito, o mundo enfim, com nomes que, no geral, são partilhados pela comunidade discursiva que os usa, já que todos os seus indivíduos aprenderam esses nomes dentro das mesmas experiências de vida (MARCUSCHI, 2003).

Nesse contexto, refutamos o conceito de que, para cada coisa existe uma palavra correspondente num *mundo etiquetado* (MONDADA; DUBOIS, 2003) e assumimos a posição segundo a qual o mundo é construído e representado pelos sujeitos do ato enunciativo.

O processo de referenciação, igualmente, constrói-se no discurso de maneira progressiva até a identificação de algo: é nessa ação que dois indivíduos, ao interagirem linguisticamente, chegam a saber do que estão falando e como estão formando seus referentes.

Essa progressão referencial, construída no processo do discurso, aqui está focada na classe da anáfora indireta (*AI*), acompanhando Marcuschi (2005, p. 54), quando afirma que “a *AI* é um caso de referência textual, isto é, de construção, indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo que envolve atenção cognitiva conjunta dos interlocutores e processamento local”.

Buscamos, portanto, já que no texto as referências podem ser processadas, ou não, de forma implícita – inferíveis “pelas pistas de contextualização” (KOCH, 2003) – identificar as situações em que se emprega a *AI*, deixadas na escrita por marcas linguísticas.

Objetivamente, a questão que abordamos diz respeito a: Como as *AI* contribuem para a produção do sentido? Para avançar no tratamento, pretendemos descrever a ocorrência das estratégias de referenciação anafórica indireta em produções textuais escritas de alunos, visto que a referenciação direta já foi bastante discutida nesse cenário sobre remissão coesiva.

Nossas reflexões norteiam-se pelos pressupostos teóricos que estudam a língua do ponto de vista sócio cognitivo-interacional (cf. MONDADA & DUBOIS, 2003; KOCH, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006; MARCUSCHI, 2003, 2005, 2007; SCHWARZ, 2007).

2. A referenciação: uma atividade discursiva para a construção dos sentidos

A referência, inicialmente, foi considerada como alegoria dos objetos do mundo, como se a palavra fosse uma representação do que existe: trazemos aí o conceito de referência como a correspondência entre uma expressão linguística e algo que ela nomeia no mundo real ou conceitual – o referente.

Se bem que cursem lado a lado, *referência* e *referente* são conceitos distintos. A primeira marca a proficiência do signo linguístico de reportar a uma realidade; a referência, segundo Koch (2004),

é aquilo que designamos, representamos, sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade. O segundo incide na própria realidade indicada pela referência. O segundo incide na própria realidade indicada pela referência.

A visão habitual concebe referência como um programa de etiquetas ajustadas às coisas, ordenando uma vinculação com objetos do mundo real. Em objeção a esse plano, Mondada e Dubois (2003), acentuando que há uma transformação dos encadeamentos entre as palavras e as coisas, atingem a compreensão de que os objetos de discurso são erigidos a partir de realizações discursivas e cognitivas.

De tal modo, apreendemos que o nosso modo de ver e ao designarmos o mundo não é preexistente, estagnado nem permanente, mas mantém-se em movimento de variação a partir dos diversos contextos de interlocução. Assim, seguimos a demarcação de que os referentes são armados pela atividade cognitiva e discursiva dos usuários da linguagem, isto é, um objeto construído a partir de uma situação sociodiscursiva e a referência como sendo a constituição de imagem ou representação desse objeto instalada no co(n)texto.

Não se trata de recusar que as ocorrências de nossa cognição sejam reais, ou de afirmar que não tenham uma demonstração extramental, mas de não admitir que sejam identificáveis como *unidades naturais*, ou que sejam apenas *representações mentais*. Não estamos expondo, conseqüentemente, que as palavras são desprovidas de significado, no entanto, o sentido por nós fundamentalmente confiado às palavras em cada uso é ministrado pela atividade cognitiva situada (MARCUSCHI, 2007).

Na literatura recente da Linguística Textual adotou-se o termo referenciação. Referenciação, em substituição à referência, é um processo de construção de objetos cognitivos e discursivos que se consegue através de ajustes e modificações executadas pelos sujeitos, à medida que o discurso se expande.

Sob esse ponto de vista, não há uma estabilidade *a priori* no mundo e na língua, pois os efeitos de objetividade e realidade que cunham a estabilidade não são dados, mas, sim, decorrências das obras de interação entre os falantes (MONDADA; DUBOIS, 2003).

De tal modo, se, de um lado, temos uma visão que calcula uma relação de correspondência entre as palavras e as coisas, medindo o seu grau de correspondência com o mundo exterior, num processo de etiquetagem, e se, de outro sentido, deparamos com um conceito pelo qual os objetos de discursos se concebem através de práticas sociais, faz-se conveniente desvendar explicações para compreendermos como são prestados os sentidos de mundo.

No conceito de Mondada e Dubois (2003, p. 17), os sujeitos constroem, por meio de experiências discursivas, cognitivas, sociais e culturais, versões públicas do mundo. Moldadas por essa visão, as categorias e os objetos de discurso, pelos quais os sujeitos compreendem o mundo, não são preconcebidos nem dados, mas elaborados no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos. Nesse encontro, as categorias e objetos de discurso são consignados por instabilidade constitutiva, observáveis por meio de operações cognitivas ancoradas nas práticas sociais, nas atividades verbais, nas negociações dentro da interação.

As autoras apresentam, todavia, práticas que cumprem um efeito estabilizador observável, por exemplo, na sedimentação das categorias em protótipos e em estereótipos, nos procedimentos para fixar a referência no discurso, ou no recurso às técnicas de inscrição como a escrita ou as visualizações que permitem manter e “solidificar” categorias e objetos de discurso.

Koch (2004, p. 61) concebe a referenciação como uma atividade discursiva, situando o sujeito, no ensejo da interação verbal, na ação sobre o material linguístico que tem à sua disposição, viabilizando alternativas salientes para simular estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido. Os processos de referenciação são preferências do sujeito em função de um querer-dizer, confirmando eficiência dos determinados itens em relação a outros.

Os referentes textuais, portanto, não são objetos do mundo, mas, sim, objetos de discurso, que não se confundem com a realidade extralinguística, mas que a (re)constroem no próprio processo de interação. Isso acontece não somente pela forma como denominamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos nele. A referenciação realiza-se no discurso, no momento em que o sujeito dá sentido ao mundo, construindo discursivamen-

te os referentes (ou objetos) a que faz referência. Dessa maneira, por pertencer ao mundo do discurso, traz a instabilidade causada às percepções do sujeito no curso do processamento do discurso.

Essa reelaboração se dá essencialmente no discurso e deve obedecer a reservas impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua. Esses esquemas constituem parte integrante do que se tem denominado *cognição social*, definida por van Dijk (2004) como o sistema de estratégias e estruturas mentais partilhadas pelos membros de um grupo (KOCH, 2004).

Essa reelaboração se dá essencialmente no discurso e deve obedecer a reservas impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua. Esses esquemas constituem parte integrante do que se tem denominado *cognição social*, definida por van Dijk (2004) como o sistema de estratégias e estruturas mentais partilhadas pelos membros de um grupo.

Nesse entendimento, assim, para Marcuschi (2007), a língua é

uma fonte de possibilidade de trabalhar e retrabalhar as versões públicas do mundo. A língua não pré-existe; ela se dá emergencialmente nas situações concretas de uso. Importam menos as representações como tal e mais as atividades descritivas dos interlocutores. Na tentativa de evitar a reificação das representações e das formas usadas para tanto, deve-se analisar o funcionamento dessas formas em que os interlocutores fazem e como agem para construir um mundo público em sistema de produção discursiva. (MARCUSCHI, 2007, p. 96).

Ademais, o autor defende que as significações não são provenientes dos fatos, ao contrário, mas a nossa compreensão sobre o que acontece, sobre o que se diz, sobre o que se escreve, por exemplo, é que funda e constrói as significações, ou seja, elas são produtos de interações sociais no interior da cultura e da história. Como entende Marcuschi (2007, p. 80), “melhor é pensar em termos de sujeito-objeto-sujeito: duas subjetividades criando uma realidade intercomunicável. Sentidos são bens humanos e não fenômenos naturais.”

Os tipos desses processos de construção de referentes textuais são dois, “ancorada” e “não ancorada”: essa ocorre quando um objeto-de-discurso totalmente novo é introduzido no texto, passando a ter

um endereço cognitivo na memória do interlocutor. Já ativação “ancorada” desponta quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, sob modo do dado, em virtude de algum tipo de associação com elementos presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo, passível de ser estabelecida por associação e/ou inferênciação (KOCH; ELIAS, 2006). Estão entre esses casos as chamadas *AI* de modo geral.

3. *A anáfora indireta: uma operação referencial*

Trazida do grego *anaphorein* (ana – “para o alto”, “para trás”; *phorein* – “levar”), a palavra *anáfora* pode ser fixada como a pertinência interpretativa de um termo a partir de outro anunciado anteriormente (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 36).

Desse modo, consideramos a anáfora como a terminação empregada para indicar uma expressão linguística cuja interpretação é apanhada por alguma outra expressão flagrante no enunciado ou no contexto.

Subentendemos que as expressões anafóricas indicam retomadas e são responsáveis pela continuidade referencial, sem se limitar a uma relação correferencial (termo a termo), mas construindo uma grande rede de sentidos.

Dentre as relações anafóricas, temos a direta que, de modo geral, é definida pela relação de correferencialidade estabelecida entre o anafórico e seu antecedente; como postula Marcuschi (2005, p. 55), “a anáfora direta seria uma espécie de substituto do elemento por ela retomado”.

Veja o exemplo:

Paulo saiu; **ele** foi ao cinema. (KOCH; ELIAS, 2006, p. 127).

No exemplo, o pronome “ele” retoma claramente o referente “Paulo” mantendo, portanto, com o nome, uma relação correferencial que garante a continuidade referencial, característica típica da anáfora direta.

A outra relação anafórica, a denominada anáfora indireta (*AI*) que, de forma ampla, é vista como uma estratégia referencial de as-

sociação, sem referente explícito, organiza o alvo desse trabalho. Para estabelecer a continuidade referencial no texto, ela utiliza a ativação (referenciação mental) de elementos novos e não de uma reativação de referentes já conhecidos, o que constitui um processo de referenciação implícita. Assim, as anáforas indiretas caracterizam-se pelo fato de não existir no cotexto um antecedente explícito, mas sim um elemento de relação que se pode denominar *âncora* (KOCH, 2003) e que é decisivo para a interpretação.

Para melhor compreensão da *AI*, o seu conceito passa por um processo de referenciação não extensionista, ou seja, os elementos do texto não são enumerados explicitamente. Em seguida, da não vinculação da anáfora com a correferencial e de retomada, a partir desses aspectos, percebemos que as *AI* não reativam referentes, mas introduzem um novo referente no discurso, ancorado em alguma expressão no texto e ativado por processos cognitivos ou estratégias inferenciais.

A esse respeito, Schwarz (2007, p. 3), postula que a *AI*

refers to a definite NP¹ which has no explicit antecedent in text and is linked via a cognitive process to some element in prior text which functions as some kind of anchor for the interpretation of IA². According to one popular view, IA are treated as phenomena that can best be explained in terms of associability.³ (SCHWARZ, 2007, p. 3).

A autora atribui a necessidade de estruturas do conhecimento a serem usadas para a interpretação das *AI*, sendo a base para uma maior explanação geral de como as pessoas processam as expressões referenciais. Defende que não existe antecedente explícito para definir o funcionamento de uma *AI*, mas que existem alguns tipos de âncoras que um ou outros elementos antecipam no texto em relação a esse elemento anafórico.

¹ NP – neuro-and computational-linguistic perspectives

² IA – indirect anaphor

³ refere-se a uma NP concreta que não tenha nenhum antecedente explícito no texto e está ligada, através de um processo cognitivo, a algum elemento anterior no texto que funcione como uma espécie de âncora para a interpretação da *AI*. De acordo com uma opinião popular, *AI* são tratadas como fenômenos que melhor podem ser explicados em termos de associação.

O nexa entre a âncora e *AI*, ainda, segundo Schwarz, não é baseada em correferencialidade, mas em outras ligações semânticas ou em outras relações conceituais, tendo em vista que envolve muito mais que um simples procedimento de emparelhamento, necessitando para sua total interpretação um processo de conhecimento em que atividades das estruturas da cognição são envolvidas. Na perspectiva da autora, com base na noção de acessibilidade, a *AI* tem sido tomada como “given-and-new-entities⁴” (SCHWARZ, 2007, p. 8), já que combina processos de ativação e de reativação.

Marcuschi (2005) reformula o conceito de *AI* proposto por Schwarz, sugerindo, com os acréscimos entre colchetes, a seguinte definição:

No caso da anáfora indireta trata-se de expressões definidas [e expressões indefinidas e pronominais] que se acham na dependência interpretativa em relação a determinadas expressões [ou informações constantes] da estrutura textual precedente (ou subsequente) e que têm duas funções referenciais textuais: a introdução de novos referentes (até aí não nomeado explicitamente) e a continuação da relação global. (MARCUSCHI, 2005, p. 59).

Com esse juízo, comungamos com a ideia de que o conceito de *AI* fica ampliado, podendo ser decifrada a partir de um princípio interpretativo e não como um encadeamento linear dos elementos, o que compromete a noção clássica de coerência. Baseado na tipologia de *AI* de Schwarz, Marcuschi (2005, p. 61) sugere dois tipos básicos de *AI*: *os semanticamente fundados* e *os conceitualmente fundados*. Nessa classificação, o autor observa a relação das *AI* com as suas âncoras. O primeiro tipo, vinculado a papéis semânticos, envolve estratégias cognitivas as quais têm fundamento em conhecimentos semânticos ligados ao léxico. O segundo tipo exige estratégias cognitivas fundadas em conhecimentos conceituais baseados em modelos mentais, conhecimentos enciclopédicos e de mundo.

Ainda segundo Schwarz (*apud* KOCH, 2003, p. 108), nem toda *AI* depende de processos inferenciais, já que para ela, resumir-se-á àqueles processos cognitivos que ativam informações representadas na memória enciclopédica dos interlocutores.

⁴ entidades dadas e novas

Essa autora (*apud* KOCH, 2003, p. 109) também afirma que

O quadro das anáforas indiretas é bastante complexo, visto que não só podem constatar diferentes tipos, como também tipos mistos e casos limítrofes. A interpretação das anáforas indiretas baseia-se em conhecimento semântico, e/ou em conhecimento conceitual, e/ou na inferência. (SCHWARZ *apud* KOCH, 2003, p. 109).

Concordamos com Schwarz (2007), quando diz que o quadro das *AI* é complexo. Não querendo exaurir as possibilidades de ocorrências desse fenômeno, discorreremos, a seguir, usos das *AI* em duas redações escolares de alunos da 8ª. série (atual 9º. ano) do Ensino Fundamental, com o intuito de explicar os fenômenos referenciais e “a *coerência* como uma operação cognitiva que se dá no processamento textual e não como uma propriedade imanente ao texto” (MARCUSCHI, 2005, p. 58).

4. Anáforas indiretas em redações escolares

Para esse estudo das *AI*, recorreremos às redações de alunos de uma 8ª. série (atual 9º. ano), na faixa etária entre treze e quinze anos, de um estabelecimento da rede estadual de ensino de São Vicente/SP. A turma escolhida é composta por trinta e cinco alunos, vinte e quatro meninas e onze meninos, do período da manhã.

Cada aluno criou o texto numa aula dupla de Língua Portuguesa, em que a professora, trabalhando com gêneros textuais, oportunizou uma escrita visando à *documentação e memorização das ações humanas* (SCHNEUWLY; DOLZ, 2007), por meio de um relato de uma experiência vivida.

Como procedimento de análise, tomamos a identificação de um elemento referencial – *âncora* (KOCH, 2003) – em cada texto de aluno, possibilitando a ocorrência anafórica indireta e, tão somente depois, elaboramos um quadro sinóptico no qual se identifica a ocorrência anafórica indireta e sua relação referencial.

As trinta e cinco redações foram analisadas, mas de todo esse *corpus*, para organizarmos uma amostragem desse trabalho, transcrevemos uma, escolhida aleatoriamente, colocando-a em um quadro na abertura da análise.

Seguimos com o levantamento do uso das *AI* encontradas e com a discussão de suas ocorrências. Apresentamos um quadro sinóptico, no qual destacamos essas ocorrências e sua relação referencial. O elemento anafórico aparecerá em itálico, dentro duma caixa de texto com preenchimento em outra cor; e a âncora em negrito e sublinhada. Esse quadro tem caráter demonstrativo.

Evidenciamos que as análises realizadas no *corpus*, de forma nenhuma exauriram as possibilidades de outras ocorrências e/ou tipo de anáfora não enfocada.

Texto 1	
<u>Foi tudo apenas um sonho</u>	
1	Eu tenho um sonho que é estudar fora do Brasil , mas como não tenho
2	condições financeiras de realizá-lo, será impossível.
3	Em uma tarde de verão minha mãe me deu uma notícia maravilhosa, di-
4	zendo que eu teria ganhado <u>uma bolsa de estudos em Los Angeles</u> . Fiquei sem reação
5	de tanta emoção, pois a partir daquele momento, meu sonho estava se realizando.
6	Uma semana depois da notícia, o <u>passaporte</u> chegou e poderia, rapidamen-
7	te, fazer <u>minha viagem para os EUA com dois acompanhantes</u> .
8	Acabamos nos hospedando num hotel maravilhoso chamado <i>Holliday</i> .
9	Três dias se passaram...
10	Já era <u>meu primeiro dia de aula</u> .
11	Estava muito ansiosa para fazer <u>novos amigos de curso</u> . Queria
12	muito conhecer <u>meus professores</u> .
13	Chegando na <u>nova escola</u> , escuto alguém me chamando. Era
14	minha mãe dizendo:
15	— Filha, lembra!
16	Foi quando percebi que tudo foi apenas um sonho.

Nesse texto, observamos ocorrências de *AI*, pois a âncora **estudar fora do Brasil** (linha 1) possibilita a introdução de referentes a ela associados, organizando *frames*.

O referente uma bolsa de estudos em Los Angeles (linha 4) é novo, só podendo ser recuperado pela âncora, já que confirma

uma viagem para se estudar no exterior. Temos aí um *primeiro frame* no texto – “viagem” – pois conduz o leitor a um sistema de representação de natureza convencional.

Ao continuar o texto, essa estratégia se repete, de algum modo, refocalizando a “viagem”, quando se menciona a chegada do *passaporte* (linha 6) e a possibilidade de se realizar *minha viagem para os EUA com dois acompanhantes* (linha 7).

O autor, dessa forma, arvora a construção do sentido do texto na interação: o leitor, por modelos mentais, organiza as informações novas, estabelecidas pelas *AI*, combinando-as com os conhecimentos já adquiridos, dando, assim, significado às remissões.

Um *segundo frame* – “escola” - configura-se num cenário de estudo, quando o autor do texto introduz *meu primeiro dia de aula* (linha 10), passando a abordar o quadro emocional dele, gerado por toda essa expectativa, quadro ampliado ao citar a ansiedade para conhecer os *novos amigos de curso* (linha 11) e *meus professores* (linha 12), ou seja, *a nova escola* (linha 13).

As *AI* percorrem, assim, a materialidade o texto, dando pistas ao leitor, a todo tempo, de que o tema retomado é uma viagem de estudos fora do Brasil. Podemos ativar essas ligações semânticas numa interpretação motivada por estratégias cognitivas, sejam pelo conhecimento de mundo que temos sobre “viagem” e, igualmente, sobre “escola”. Esses *frames* confirmam que o processo da compreensão não é só buscar informação do texto, mas implica construir sentidos.

ÂNCORA	ANÁFORAS INDIRETAS	
estudar fora do Brasil (linha 1)	FRAME “VIAGEM”	FRAME “ESCOLA”
	<i>uma bolsa de estudos em Los Angeles</i> (linha 4)	<i>meu primeiro dia de aula</i> (linha 10)
	<i>o passaporte</i> (linha 6)	<i>novos amigos de curso</i> (linha 11)
	<i>minha viagem para os EUA com dois acompanhantes</i> (linha 7)	<i>meus professores</i> (linha 12)
		<i>a nova escola</i> (linha 13)

5. *Algumas considerações finais*

A partir da análise do quadro das anáforas indiretas, notamos, inegavelmente, que, no processamento textual, os interactantes movimentam conhecimentos prévios acumulados, enriquecendo e favorecendo a construção de sentidos.

Tentamos mostrar que outra concepção de referência é tomada, já que o texto é visto como evento e o referente como objeto do discurso, e que a referenciação é vista como um ato remissivo, um ato de memória pelo qual se estabelece o sentido do texto.

Nesse rumo, a apreciação dos textos revelou-nos que por conhecermos o enredo narrativo proposto para a produção escrita dos textos, as experiências e vivências narradas, de forma interativa, as relações de sentido eram estabelecidas sem nenhuma dificuldade, visto que os elementos discursivos eram ativados ou reativados por meio de elementos que se ancoravam em algum tipo de informação inferível no texto.

A partir desse exame, procuramos demonstrar que os sentidos do texto se constroem a partir de conhecimentos partilhados que, ao serem relacionados, mesmo indiretamente, com o que é anunciado estabelece-se a ideia, a significação.

Ao focarmos nosso estudo na anáfora indireta, concluímos que os produtores dos textos fazem uso de estratégias referenciais de associação, sem referente explícito, levando o leitor/ouvinte a se esforçar para estabelecer a continuidade referencial no texto e para isso utiliza-se da ativação mental de elementos novos e não de uma reativação de referentes já conhecidos, o que constitui um processo de referenciação implícita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. In: FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes (org.). *Produção de sentido: estudos transdisciplinares*. São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educs, 2003.

_____. Anáfora indireta: o barco e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. In: MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. In: MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHWARZ-FRIESEL, Monika. Indirect anaphora in text. In: ____; CONSTEN, Manfred; KNESS, Mareile. *Anaphors in text: cognitive, formal and applied approaches to anaphoric reference*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007.

SCHNEUWLY, Bernard & DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. e (Org.) de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

Van DIJK, Tuen Adrianus. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2004.